

50 Anos do Governo Pedro Ernesto: de que espólio falamos?*

Vanilda Paiva
Centro João XXIII e UFF

Comemoramos o centenário de Pedro Ernesto e não casualmente a discussão enverada pelo setor educacional. De fato, uma das faces mais importantes de sua administração no Distrito Federal há 50 anos disse respeito à reforma do ensino, já iniciada desde o governo Washington Luís e levada adiante naquele período por Anísio Teixeira. Mas, certamente não estamos aqui lembrando o passado pelo passado. Comemoramos em função de uma leitura da história que responde ao presente. Lembramos porque traçar linhas de filiação, marcar fronteiras e estabelecer analogias. Trata-se do espólio**.

A primeira metade da década dos anos 30 tem em comum com esta primeira metade dos anos 80 serem períodos de relativa liberdade política. Como só acontece em conjunturas de abertura democrática, em ambos os períodos ocorreram quebras de alianças, formais ou tácitas, forjadas sob o autoritarismo dos anos precedentes e rompimento da aparente indeferência política-ideológica que lhes servia de base.

O Movimento Renovador, surgido nos anos 20 e trazido a público pelas reformas dos sistemas educacionais estaduais promovidas pelos seus representantes, entrou os anos 30 com um amplo espectro de colorações. As posições aí representadas iam desde a direita próxima do integralismo, como Francisco Campos e Lourenço Filho, até o expoente do pensamento liberal que foi Anísio Teixeira e o nosso primeiro profissional da educação com posições mais claramente de esquerda — o único signatário do Manifesto dos Pioneiros de 1932 ainda vivo: Paschoal Lemme. Mas, além da diversidade política, aquele movimento comportou também uma gama muito variada de níveis de formação e sofisticação intelectual. Um Anísio Teixeira não somente jamais defenderia a conexão “Educação e segurança nacional” como o fez Lourenço Filho durante a ditadura Vargas, como também não teria o mau gosto de apresentar os analfabetos como indivíduos que se encontravam “nas trevas”, como o fez também Lourenço Filho no pós-guerra secundando o discurso dos peritos da OEA.

A Revolução de 1930 e a democratização política dos anos subsequentes fez cessar a noite em que todos os gatos eram pardos. Isto, evidentemente, não significou o completo desmoronamento do movimento renovador. A Associação Brasileira de Educação, criada em 1924, continuou a existir e a congregar, de algum modo, esta primeira geração de profissionais da educação. Ideais abrangentes como aqueles expressos no documento de 1932 bem como os supostos mais amplos de interpretação da questão educacional foram aceitos praticamente por toda aquela geração, unificada por outro lado sob os princípios pedagógicos da escola nova e pela defesa da

* Considerações sobre os renovadores, os novos profissionais da educação e a “geração intermediária”: Roberto Moreira, Paulo Freire e Darci Ribeiro. Este texto foi publicado em *EDUCAÇÃO & SOCIEDADE Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, Ano IV, nº 19. Editora Cortez, São Paulo, dezembro de 1984.*

**Texto correspondente à intervenção da autora como debatedora na sessão comemorativa do centenário de Pedro Ernesto, realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1984. A exposição esteve a cargo da Secretária de Educação do Município, Maria Yeda Linhares. Participaram também como debatedores Luis Antonio Cunha, Zaia Brandão e Clarice Nunes.

democratização do ensino através da difusão da escola pública, universal, gratuita, compulsória e laica. Esta continuidade mostrou-se muito claramente na política educacional do Rio de Janeiro — então Distrito Federal — onde também se fez publicamente manifesta a diversidade presente entre os quadros que integravam aquele movimento educacional.

Anísio Teixeira, ao assumir em 1932 o cargo ocupado até 1930 por Fernando de Azevedo na Diretoria de Instrução Pública, fez questão de levar adiante o plano de reforma do seu antecessor. A marginalização de Fernando de Azevedo nos anos 30 deveu-se ao seu comprometimento com o governo Washington Luís, seu amigo pessoal e de quem havia obtido as condições necessárias à realização de seu plano educacional. Mas a implementação deste foi assegurada pela presença de renovadores nos cargos administrativos do governo Pedro Ernesto: Anísio Teixeira deu-lhe continuidade até porque a famosa reforma do ensino do Distrito Federal foi uma espécie de cristalização do consenso renovador.

Comemorar é lembrar em função do presente. Os renovadores deixaram sem dúvida uma herança — uma contraditória herança com filões variados e conseqüências diferenciadas. Este é um espólio trabalhoso, que não pode ser facilmente reivindicado sem que explicitemos de que parte deles estamos falando e sem que tenhamos clareza a respeito daqueles que o reivindicam.

A história da educação brasileira neste século assinala claramente a presença de duas gerações de educadores, de profissionais que não se apresentam apenas como professores, mas que se dedicaram fundamentalmente à análise e à crítica da política educacional e dos problemas da educação em geral e à busca de caminhos para sua solução: aquela surgida nos anos 20, os renovadores, e a que apareceu em meio à resistência à ditadura militar nos anos 70 — em geral composta de pessoas nascidas nos anos 40. Mais de uma vez colocamos a questão: em que medida uma geração descende da outra? Que herança, que parte do espólio reivindica a nova geração? E a chamada "geração intermediária", integrada de pessoas que por diversos caminhos desaguaram no setor educacional, em geral nascidas na mesma década em que surgiram os renovadores, que vínculos têm com os assinantes do manifesto de 1932? Que influência exerceu sobre a nova geração e que laços os ligam a ela?

Em relação à primeira questão a situação é muito clara. A nova geração de profissionais da educação não deriva diretamente dos renovadores. Formou-se num clima político e intelectual que os obrigou a transcender as questões pedagógicas e os marcos do escolanovismo no seu ponto de partida. Apesar disso, esta geração se remete aos renovadores na defesa comum da democratização das oportunidades de acesso de todos à educação e à cultura, na defesa da escola pública, universal, gratuita e laica. Esta geração olha com reverência a integridade, a criteriosidade, a honestidade e a constância com que levaram a cabo seu trabalho homens como Paschoal Lemme e Anísio Teixeira; com eles se identifica na seriedade com que trataram as questões educacionais, na sua recusa à improvisação e ao atrelamento da reconstrução educacional a interesses de natureza político-eleitoral. Mas, meio século nos separa. A nova geração não comparte com os renovadores nem os critérios de análise do setor educacional, nem seu entusiasmo pelos princípios escolanovistas, nem as ilusões da reconstrução nacional através da reconstrução educacional. Reivindica do espólio menos o conteúdo das reformas que a postura diante do mundo.

Quer dizer, porém, daqueles que surgiram, aqui e acolá, quando muitos dos renovadores ainda estavam vivos, mas sem a mesma força que nos anos 20/30? Entre eles se encontram personagens como Roberto Moreira, como o professor Paulo Freire e o antropólogo Darcy Ribeiro. É preciso reconhecer que a geração intermediária sofreu

um forte impacto do escolanovismo — assimilando, porém, cada um de seus representantes aspectos muito diversos do movimento renovador — que se misturou às várias vertentes e desdobramentos do movimento nacionalista, da ideologia nacional-desenvolvimentista e do populismo. E sem dúvida foi Anísio Teixeira quem mais fortemente influenciou sobre eles, seja através de seus trabalhos escritos, seja através de sua ação concreta no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e seu enorme prestígio nos meios ligados à educação e às ciências sociais. Nos anos 50, o próprio Anísio Teixeira, em consonância com o clima dominante na época, não somente manifestou-se em termos nacionalistas, como contribuiu — na qualidade de diretor da CAPES — para o deslanchamento das atividades do antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, onde o populismo adquiriu sua vestimenta ideológica. Com isso absolutamente não assimilamos Anísio Teixeira ao populismo, nem reduzimos o nacionalismo ao populismo. Anísio Teixeira era um intelectual da velha guarda, que não se estava formando no pós-guerra: ele participou muito lateralmente de um movimento que teve no Rio de Janeiro seu ponto de aglutinação, dando o tom da vida intelectual da cidade e difundindo-se pelo país, mas que comportou uma enorme diversidade e abriu caminho a diferentes orientações na área educacional. Além disso, sua obra não deixa ver maior contaminação pelos movimentos e ideologia anteriormente referidos, que se mostrarão com clareza no que indicamos como a “geração intermediária”. Seria, porém, uma injustiça não dizer aqui nenhuma palavra a respeito dos intelectuais ligados à USP que colocaram em questão, na época, tanto o populismo quanto o nacional-desenvolvimento e que nos anos 50 se manifestaram no setor educacional como foi o caso de Luis Pereira, Fernando Henrique Cardoso e outros.

Mas, deve-se fazer também uma outra diferenciação. É preciso reconhecer e enfatizar que a ideologia isebiana propiciou desdobramentos muito diversos — que se manifestaram também na área educacional. A ala mais à direita do ISEB, que dele foi se afastando na segunda metade dos anos 50 e que, no que concerne à educação, defendeu posições “tecnicistas” que supunham o planejamento da educação visando torná-la funcional ao desenvolvimento, desembocou nos anos 60 sem maiores pruridos no antigo IPES. Roberto Moreira, também considerando-se e considerado discípulo de Anísio Teixeira, terminou sendo o redator do documento base que serviu ao seminário que deu origem à publicação *A educação que nos convém* e que estabeleceu as linhas do programa do IPES para a área educacional, postas em prática pelo governo federal a partir de 1968. Mas são os outros dois nomes citados os mais legítimos representantes da conexão escolanovismo-isebianismo. Apesar disso, não podemos nem devemos com facilidade associar estas duas figuras. Em que pese as comuns influências recebidas, Paulo Freire e Darcy Ribeiro assimilaram aspectos diferentes de ambas as fontes e se desenvolveram em direções praticamente opostas, representando possibilidades diferentes contidas no populismo isebiano. Em linhas muito gerais poderíamos dizer que Paulo Freire recolhe do escolanovismo o seu lado pedagógico, criando um método e desenvolvendo idéias que poderiam ser identificadas como a tradução do escolanovismo na área da educação de adultos: uma espécie de “escola nova popular”, na expressão de Dermeval Saviani. Já Darcy Ribeiro acentuou, na herança escolanovista, a defesa da escola pública e a modernização do ensino superior com base em padrões desde há muito encontráveis nas universidades americanas.

Antes de prosseguir deixem-me responder à última pergunta: em que medida a nova geração se viu influenciada e ligada a esta geração intermediária? Certamente ela recebeu sua influência — na maior parte dos casos não por meio de uma relação direta e pessoal, mas através dos seus livros e através da mitificação de que estas pessoas foram simultaneamente vítimas e promotoras. Punidos pelo golpe de 1964 deveriam ser objeto

de veneração da nova geração. De fato, devemos constatar que Paulo Freire, mais diretamente ligado ao meio educacional, fez escola e tem discípulos entre a nova geração. Não é o caso de Darcy Ribeiro, e existem muitas razões para isso — de que trataremos adiante. Mas a maior parte da nova geração, como já disse antes, foi formada sobre novas bases. Recebeu o impacto da crítica da escola paulista ao isebianismo; escapou aos padrões ideológicos e pedagógicos que informaram a produção da geração intermediária. São produtos de um deslocamento mais claro do conjunto da vida intelectual brasileira da direita para a esquerda, aprofundado no período pós-64; resultam tanto da multiplicação dos cursos de pós-graduação no país quanto da onda de doutoramentos no exterior em consequência do endurecimento do regime a partir de dezembro de 1968. Por isso mesmo a influência de tais personagens da nossa história educacional provocou na nova geração, confrontada com novas realidades e outras tradições teóricas, a necessidade de analisar sua obra e de desvendar o seu significado, de ajustar contas com esta herança próxima para poder desenvolver as suas próprias posições.

Retornando agora a Paulo Freire e a Darcy Ribeiro, já assinalamos que eles têm em comum serem expressão, no campo educacional, de um tipo de formação teórico-ideológica ligada ao populismo. Mas, eles seguem filões completamente diferentes. Paulo Freire se preocupou com os métodos pedagógicos — criando um método rápido de alfabetização que era também compatível com a necessidade premente da época de democratizar o acesso à leitura e à escrita de gerar em pouco tempo os milhões de eleitores necessários à aprovação plebiscitária das reformas de base. E por mais que sua forma de interpretação da realidade e mesmo suas idéias pedagógicas tragam as marcas do período de sua formação, é preciso reconhecer que ele fez um esforço por acompanhar a história, por incorporar novas leituras, por colocar-se do dia. Mais que isso: sua obra e sua evolução transcendem os limites tanto do escolanovismo quanto do isebianismo por força de sua conexão com o catolicismo progressista. Se por um lado ele pode ser apontado como responsável pela “escola nova popular” e — nas palavras de um seu antigo colaborador em Pernambuco, em referência ao seu método de alfabetização — como o criador da “ferramenta que faltava ao ISEB” suas posições foram marcadas pelo contraditório “isebianismo tardio” de Vieira Pinto (o de *Consciência e Realidade Nacional*), lido de uma maneira peculiar ao meio católico e que enfatizava não o lado autoritário do seu pensamento mas facetas capazes de justificar posições não-diretivas. Neste sentido Freire representa no plano educacional, apesar das contradições e problemas que se apresentam na análise tanto de suas idéias quanto de sua prática, um filão democrático da ideologia isebiana, uma versão radicalizada do populismo que não se esgotou nos anos 50/60 mas que se desdobrou em diversas direções nas últimas décadas. Esta versão desdobrada posteriormente pode ser caracterizada como apresentando tinturas neo-anarquistas que tendencialmente conduzem tanto à recusa de toda ação política que visa claramente o controle das massas quanto à participação na luta pelo poder. Prende-se a uma vertente que postula o não-diretismo e se apresenta como radical contestação do autoritarismo na vida política e nas relações inter-pessoais.

Já Darcy Ribeiro representa a tendência oposta, uma outra vertente do populismo. Ele surgiu e permaneceu como o mais legítimo representante, na área educacional, do populismo enquanto autoritarismo social. Seu pensamento, bem como os parâmetros da sua atuação política, permaneceram prisioneiros dos anos 50 e do início dos anos 60. É hoje objeto de estudo a atuação do tão conhecido antropólogo à frente tanto da Universidade de Brasília quanto do Ministério da Educação e Cultura. Sobre a sua forma autocrática de gestão — que pode ser com facilidade remetida ao “núcleo duro”

do isebianismo, cujos princípios teóricos, afinal, eram recém-convertidos à democracia formal em sua feição populista, trocando o controle das massas através da coerção pelo seu controle *via* manipulação — qualquer pessoa que tenha vivido aquele período pode dar testemunho, além de não precisarmos, nos dias de hoje no Rio de Janeiro, de remeter-nos ao passado. A ausência de planos, a improvisação, o entusiasmo repentino por soluções ou propostas mirabolantes saídas das mais inesperadas fontes têm sido constantes da sua atuação na história da nossa educação. Basta que lembremos aqui, por exemplo, não apenas a forma desordenada e improvisada como foi levado à prática o chamado “Plano de Emergência” mas a irresponsabilidade da edição, durante sua gestão, dos 2 milhões de cartilhas quase que integralmente jogadas no lixo pela sua péssima qualidade didática e de conteúdo, utilizadas apenas pela Cruzada ABC, campanha de alfabetização dirigida por norte-americanos e que funcionou imediatamente depois de 1964 na região onde haviam atuado as Ligas Camponesas. Certamente que Anísio Teixeira se veria muito incomodado se estas práticas fossem apresentadas como parte de sua herança.

A geração atual, como já indiquei anteriormente, recebeu outro tipo de formação e se preocupou com a análise e a crítica das políticas postas em prática pelos governos — especialmente a dos governos federais pós-64. Isto não significa que tenhamos abdicado da crítica por terem ressuscitado personagens pré-64. Aliás, desde que Otávio Ianni proclamou o colapso do populismo esta geração considerou que a ela não restava senão relembrar a sua versão Goulart ou a meteórica trajetória de Jânio Quadros — presidente cujo contacto com as massas era tão direto que não se pejava em determinar a indumentária dos funcionários, regular o uso do biquíni ou interferir nas rinhas de galo. Tais práticas, enfrentadas pela população com risos e sarcasmos, na verdade põem a nu a ferocidade do autoritarismo presente em qualquer populismo. Mas, embora saibamos que se faz necessário desmistificar de vez as figuras que desde Vargas se tem feito presentes no cenário político, especialmente aquelas que compuseram o quadro pré-64, devemos reconhecer que o populismo é um fenômeno já bastante bem analisado por diversos autores. Por isso mesmo a geração de que fazemos parte — e certamente outras mais jovens — apesar de conhecê-los teoricamente, levou um susto quando o conteúdo dos livros plantou-se diante de nós e os personagens começaram a atuar como que saídos de um ensaio de ciência política. Esta é certamente uma experiência nova para esta geração — do campo educacional e de outros. Infelizmente esta fruição intelectual com correspondência empírica imediata tem preço alto.

A questão do populismo não pode ser evitada se de alguma maneira se procura estabelecer uma linha de filiação ou analogia entre a política posta em prática nos dias de hoje no Rio de Janeiro e aquela que marcou o governo Pedro Ernesto. De saída o populismo — produto da crise da ditadura Vargas, desencadeado a partir do próprio Estado — não existia no início dos anos 30. Sem dúvida que, saindo da área educacional, o governo Pedro Ernesto foi um momento em que se levantaram questões que não apenas mantêm a sua atualidade mas que permitem analogias com a situação presente. A luta contra a centralização varguista em nome da conquista de maior autonomia para esta cidade, pelo direito da população local de eleger seu prefeito está na ordem do dia. A discussão a respeito da tradição derivada do fato de ter sido o Rio de Janeiro capital por mais de 170 anos e reforçada pela atração exercida sobre correntes migratórias de todas as classes sociais de não conseguir esta cidade, e agora este Estado, estabelecer um governo de nativos está também na ordem do dia. Pedro Ernesto era pernambucano; Anísio Teixeira era baiano. Se a questão da identidade dos cariocas e fluminenses nada tem de simples e se os sucessivos governos externos não eram colocados em questão nos anos 30, a situação tem se modificado muito nos anos 80 em

função da agressividade com a qual o aparelho de estado foi ocupado por recém-instalados nesta cidade e neste Estado, reforçando tendências de afirmação da identidade da população nativa que certamente ecoarão nos próximos anos. Mas, retornando ao início deste parágrafo devemos responder à questão: afinal, o que é o populismo enquanto autoritarismo social e como se manifesta na política de educação da nossa cidade?

Sabemos que o setor educacional — especialmente quando existem carências quantitativas, fáceis de suprir por suprimento visível (prédios, placas, inaugurações etc.) — é sempre um dos setores prediletos de qualquer administração populista. Não deve haver maior desgraça para um governo deste tipo que deparar-se com um sistema público de educação montado e ter que enfrentar as questões relativas à qualidade e demandas de democratização da gestão do sistema e das escolas. Neste sentido, a administração atual teve nos governos anteriores, especialmente na política de favorecimento da privatização do sistema que implicou uma espécie de implícita estratégia de destruição do sistema público dos Srs. Myrthes Wenzel e Arnaldo Niskier, um de seus maiores e melhores aliados. Afinal eles conseguiram resultados raros. Se é inédito na história educacional das últimas décadas a queda dos índices de crescimento das matrículas nas quatro primeiras séries do 1.º grau, bem como da matrícula na primeira série do 1.º grau a níveis abaixo daqueles de crescimento da população — como ocorreu para o conjunto do país nos anos 70 — mais inéditos ainda são índices inferiores a 10% para o crescimento da matrícula nas quatro primeiras séries e índices negativos para o crescimento da matrícula na primeira série do Estado e especialmente no município do Rio de Janeiro, onde ultrapassam a barreira dos 20%.

Sabemos bem que o populismo se apresenta como uma política de massas em que a liderança se mostra sensível às pressões e aspirações populares, utilizando o atendimento de algumas delas como instrumento de controle e manipulação. Se há uma aspiração clara das massas é aquela que diz respeito às oportunidades educacionais para seus filhos. Todo populismo supõe uma política de expansão quantitativa que atende a esta aspiração de caráter mais geral antes que ela se canalize politicamente. O populismo abre escolas, mas não as abre com o mesmo sentido com que as abriram Fernando de Azevedo ou Anísio Teixeira. Abre-as não porque acredite na reconstrução da sociedade **via** reconstrução educacional nem porque creia que a população tem essencial direito a tais oportunidades ou porque elas sejam fundamentais para que se atinja algum objetivo nacional. Abre-as porque elas fazem parte de um mecanismo de troca, de um intercâmbio que tem controle das massas e dividendos eleitorais num prato da balança e atendimento de necessidades apresentadas como benesses governamentais e não como direito da população no outro.

Mais que um recurso político na luta pelo poder, o populismo é um estilo de gestão da coisa pública, uma forma de estruturação do poder conquistado que se assenta sobre a relação direta líder-massa. A história deste país e de muitos outros está cheia de exemplos que bem mostram o significado e as conseqüências deste tipo de liderança. O poder personalizado dispensa os mediadores e supõe o arbítrio legitimado. Se o poder vem diretamente da massa indiferenciada para o líder, qualquer decisão arbitrária deste está legitimada sem que ele tenha que dar satisfação às forças organizadas da sociedade. Ora, o aspecto crucial do arbítrio é a possibilidade permanente do rompimento de qualquer limite, legal ou informal, a critério da liderança. Aliás, lembremos que, quando a direita teme o populismo não é pelo seu conteúdo de classe nem pela sua política de massa em si mesma. Afinal, a manipulação eficiente das massas e o governo arbitrário constituiu e constitui o sonho dourado de todas as direitas. Mas estas não somente não podem oferecer a contrapartida do populismo, entrando numa “relação de troca” com as

massas, pela própria natureza do pacto social sobre o qual se apóia, como não está disposta a correr os seus riscos (o que a conduz sempre a ensaios do que poderíamos denominar de “populismo tático” — do qual temos excelentes exemplos na ação de personagens como o Curió nas zonas de conflito no campo) e por isso só pode chegar àquele resultado disciplinando-as rigidamente — e aí caímos no fascismo clássico. Nem mesmo a versão janista conseguiu agradá-la, porque ela conhece os riscos deste permanente “estar em cima do muro” combinado ao arbítrio legitimado do líder. O populismo não agrada à direita pela incontrollabilidade da liderança e pela possibilidade permanente de rompimento seja das leis, seja das regras informais de convivência. Mas não a agrada também por um outro motivo simples. O populismo se apóia sobre a crença de que as massas são sempre controláveis pela liderança e que as frações organizadas dos “pobres e remediados” — os destinatários do discurso populista — podem ser sempre empolgadas pela retórica ou terem seus movimentos esvaziados por planos que se antecipam à canalização política de reivindicações. No entanto, a história nos tem mostrado que, a partir de determinado nível de mobilização, as classes subalternas tomam conhecimento de seus interesses de forma diferenciada e começam a escapar pela esquerda. Esta é uma das possibilidades do populismo que desagradam tão profundamente a direita quanto à liderança populista — a menos que esta tenha a possibilidade de colocar-se à frente de um movimento de esquerda e reafirmar seu poder pela sua relativa adequação às condições do momento, segurando de novo as rédeas do controle das massas. Só que a partir daí os riscos para a liderança, as possibilidades da sua contestação só fazem crescer. Como lembra Habermas, toda concessão — que para o populismo revela debilidade, porque implica na incapacidade de antecipar-se à canalização política das demandas, que constitui um ponto chave de sua dinâmica — gera simultaneamente legitimação e ilegitimação de líderes e governos.

Devemos, porém, centrar-nos sobre a questão do arbítrio para poder discutir o estilo de gestão do setor educacional desta cidade e deste Estado nos dias de hoje e tentar perceber se alguma analogia é possível com a administração Pedro Ernesto e, mais especificamente, com a de Anísio Teixeira. Não há dúvida de que a personalização do poder e o contraditório “plebeísmo populista” (em nome do qual se rompem as regras mais consensuais e se impõe, lamentavelmente, certa vulgaridade na linguagem, nas discussões, no trato e mesmo nas decisões) estão na base do profundo anti-intelectualismo que permeia tal movimento e correspondente ideologia. Isto, evidentemente, não significa que o populismo não tenha seus intelectuais — que são os que formalizam suas propostas e estratégias — nem que alguns intelectuais sérios não se incorporem a tal corrente política. Alguns aderem em nome da possibilidade de atender necessidades sentidas pela população, apesar da manipulação; outros justificam-se com o argumento de que, ao lado do poder, poderiam realizar eventuais planos e indicar orientações práticas; há ainda os que estão ligados por relações pessoais — que contam enormemente nos meios populistas em função do peso da fidelidade pessoal neste tipo de orientação política — e por um passado comum. Mas a aproximação da intelectualidade tem limites muito estreitos, porque aqueles que se mantêm fiéis ao seu papel social específico — o da análise e da crítica — incomodam tanto aos líderes populistas quanto a qualquer outra liderança autoritária. Afinal, ela assume como sua função arrancar o véu que encobre o seu significado político e os mecanismos de funcionamento de quaisquer movimentos. Ora, sabemos que o estilo de gestão populista não permanece restrito ao líder. O poder personalizado no líder maior — por vezes compartilhado por um personagem complementar subordinado que goza de grande independência em relação ao seu setor específico, como é o caso de Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro — derrama-se sobre o corpo de fiéis e o estilo de gestão penetra nos mais

distintos escalões, ligados pela lealdade à liderança. Quanto mais profunda a lealdade pessoal, submissão e proximidade da liderança, mais fácil se torna subir na hierarquia do aparelho do Estado. Mas aquela contrapartida neste “mecanismo de troca” entre liderança e correligionários só pode ser aceita por uma fração muito específica da intelectualidade: aquela capaz de atender às exigências que o populismo supõe corresponderem ao plebeísmo e de aceitar com naturalidade a crueza das regras do jogo em troca de cargos e benefícios.

Ora, inúmeras são as implicações de semelhante estilo de gestão para o setor educacional. A complicada relação de tal movimento com a intelectualidade revela-se prontamente nas Secretarias de Educação, porque ela se reproduz no que concerne aos quadros técnicos. Estamos diante de uma clara marginalização daqueles que detêm conhecimentos especializados no setor e da penetração nas Secretarias de um considerável número de pessoas inteiramente alheias ao campo educacional, que possivelmente jamais haviam parado para pensar sobre o assunto, que desconhecem os meandros não apenas do próprio aparelho burocrático mas as questões educacionais, a história deste setor, as idéias que nele circulam, a sua significação, as tentativas anteriores de solução para diferentes problemas. Neste sentido o populismo tem agido de forma absolutamente idêntica ao regime militar. Conhecemos hoje as catastróficas conseqüências da imposição de ministros militares que tomaram, no início dos anos 70, decisões relativas ao ensino do primeiro grau e ao lançamento do Mobral, passando por cima das recomendações dos técnicos do MEC. O populismo nos repete o espetáculo substituindo a “militarização” dos quadros decisórios (e das decisões) pela sua “popularização”. A qualificação principal não é, neste caso, o pertencer à corporação, mas a fidelidade à liderança: não é em nenhum deles a competência, a constância, a seriedade no trabalho no setor — ou seja, aquelas qualidades que a nova geração reivindica no espólio de Anísio Teixeira.

Na verdade, a formação de quadros *sur-place* tem constituído uma das práticas mais desastrosas no setor educacional. Darcy Ribeiro, ao iniciar o governo, não tinha a menor idéia do que fazer na área educacional. E o estilo de gestão autoritária determinou os rumos tomados. Sabemos que ao arbítrio populista é correlata a crença anti-democrática da existência de “homens-geniais” e de “soluções geniais”. A prática correspondente a este elemento ideológico do populismo é a “genialização” pelo líder de todos aqueles que aparecem com propostas intempestivas de solução para qualquer problema. São estes que, uma vez ungidos pelo poder, substituem os técnicos e os intelectuais que se davam ao trabalho de pensar sobre o assunto e cuja seriedade não permite ter soluções “geniais” para tirar do bolso do colete. E como o processo de reconhecimento é pessoal e não social, as soluções “geniais” não precisam ser discutidas. Fruto do mesmo autoritarismo, do mesmo estilo de gestão, é a manutenção de inúmeros cargos decisórios sob controle direto do líder com chefias provisórias, à espera que se confirmem de forma satisfatória fidelidades recém constituídas. É evidente que tudo isso gera, como sub-produto, clientelismo e nepotismo. Apresenta-se como caricatura de um despotismo esclarecido. Se lembrarmos que os renovadores se apresentaram como quadros técnicos e intelectuais do setor educação, que se esforçaram por reproduzir nas administrações em que tomaram parte um clima de seriedade, de constância, de debate e recusa à improvisação, de combate ao clientelismo — podemos ter uma idéia da distância que separa a administração Anísio Teixeira da atual administração do Rio de Janeiro.

Na política educacional concreta a orientação geral manifesta-se de maneira muito clara, por exemplo, nas recém-criadas “escolas-mamute”. Não é impossível que se pretenda alguma analogia com a Escola Parque da Bahia, produto de um momento da

atuação de Anísio Teixeira em que ele ainda acreditava na reconstrução social **via** reconstrução educacional. Se a defendeu como centro experimental, aquele educador nunca a propôs como solução para o sistema. Aqui, ao contrário, com precaríssima experiência prévia, parte-se para a generalização de escolas gigantes — sem a criteriosidade, o cuidado e a qualidade que caracterizaram a Escola Parque — visando suprir rapidamente o déficit quantitativo, levando à prática uma aparente solução para o aspecto da questão educacional mais apreciado por qualquer governo populista. Não é a população que não pode esperar até que os problemas tenham sido bem equacionados. É o populismo que tem pressa. Por outro lado, a implantação de tais escolas e sua dinâmica estão também em consonância com os critérios e a forma de gestão de tal orientação política. Os prédios devem ser grandes e visíveis. Mas isto não basta. Os professores são escolhidos por um processo de punção das diferentes escolas em função da fidelidade ao líder, de relações pessoais. Do mesmo modo, os alunos devem sair de diversas áreas próximas de maneira a transmitirem aos seus colegas de bairro as maravilhas de tal escola, criando uma espécie de “efeito de demonstração” e a expectativa de que um dia alguns entre seus companheiros de bairro também poderão passar por estas escolas especiais. Sobre a eficiência do ensino, a qualidade, os problemas de tais escolas levantam-se hoje inúmeras questões tendo por base os ensaios já intentados. Mas este não é o aspecto mais problemático das mesmas: a questão crucial localiza-se na profundidade da fratura que tais escolas estabelecerão no conjunto da rede escolar.

A fragmentação e a segmentação do sistema de ensino público a cuja montagem nós estamos assistindo — resultado da improvisação, das “soluções geniais”, da subordinação da educação a interesses político-eleitorais e à própria essência do populismo — é um dos lados mais preocupantes da política populista atual na área da educação. Até mesmo porque ela implica numa concentração dos recursos para a montagem de uma espécie de para-sistema que atenderá a pouco mais de 5 da população escolar, quando na verdade deveria se tratar da literal reconstrução interna do sistema existente. A fragmentação se completa ainda com a perspectiva de uma considerável multiplicação das chamadas “escolas comunitárias” nas favelas — que certamente têm suas virtudes enquanto centros experimentais que poderiam permitir a incorporação de elementos da cultura local e da cultura negra em especial, ao currículo de todas as escolas mas que, generaliza das, significam o aprofundamento e a oficialização da desigualdade no atendimento das diferentes classes sociais. Devo lembrar que os renovadores — aos quais certamente a nova geração se remete neste particular — defenderam com unhas e dentes a escola comum, igual para todos, única solução realmente democrática para a questão educacional. As últimas décadas têm assistido a uma progressiva demolição daquilo que, neste particular, foi conseguido no Rio de Janeiro através da ação de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Assistimos, no momento, à derrubada final dos seus próprios fundamentos.

Merecem ainda menção duas práticas inaceitáveis tanto para a geração dos anos 20 quanto para a dos anos 70. Uma delas diz respeito ao surgimento dos auto-intitulados “patrulheiros ideológicos” do partido do governo que percorrem o sistema e os grupos de trabalho abertamente. É evidente que tais “patrulheiros” não são ideológicos no sentido entendido entre as esquerdas — não somente porque o populismo não é um movimento de esquerda, mas também porque não configura propriamente uma ideologia de classe. O patrulheiro populista é uma espécie de polícia privada do líder; atua não em nome de princípios éticos ou de uma suposta representação de interesses de determinadas classes sociais, mas por delegação e em nome do líder, como portador do arbítrio delegado. A consequência direta da sua ação é a perseguição ou a

marginalização não somente de quadros técnicos mas de professores e diretores de escolas, como não se via neste Estado desde a República Velha. Remetendo-nos ao governo Pedro Ernesto, devemos lembrar que os profissionais da educação que estiveram por detrás da reforma do ensino do antigo Distrito Federal centraram grande parte de seus esforços no combate a este tipo de prática, explicitamente lutaram contra a interferência político-partidária nas escolas e no setor educacional no modo geral.

Certamente não é por acaso que tudo isso ocorre hoje neste Estado e nesta cidade. O Rio de Janeiro, resultante da fusão, como Estado ainda não logrou forjar uma identidade própria. A cidade do Rio de Janeiro ainda está despertando de quase dois séculos como capital. Sua população trava a dura luta através da qual — por cima do cosmopolitismo que caracteriza a cidade — deverá afirmar suas peculiaridades e impedir que lhe seja imposta uma imagem que não lhe corresponde. Mas, este é apenas um lado da questão e certamente não o mais importante. Se o populismo teve força para chegar ao poder — ajudado pela imagem anti-militar e anti-chaguista de sua liderança — é porque ele exprime, em certa medida, a mistura específica que constitui a realidade local (de tempos, de populações etc.), a frouxidão da estratificação social e a precária diferenciação consciente de interesses das massas às quais apela de forma vaga. O anacronismo chega ao poder porque exprime a força do anacrônico naquela mistura. Espelha a complexidade que está por detrás daquilo que Ernest Bloch denominou “Ungleichzeitigkeit der Gleichzeitigkeit” e que Guerreiro Ramos traduziu muito bem como a “contemporaneidade do não-coetâneo”, a coexistência num mesmo espaço físico e num mesmo momento histórico de fenômenos pertencentes a diferentes “idades” sociais, econômicas e políticas. Vivemos no setor educacional uma realidade que certamente não é compatível com os avanços feitos nos últimos 20 anos. Regressamos aos anos 60, numa viagem ao passado que exprime a dissonância dos tempos, o desencontro das gerações e nos coloca diante da simultaneidade do novo e do anacrônico.

Qualquer analogia que se possa pretender traçar entre a gestão Pedro Ernesto e a atual gestão no Rio de Janeiro, qualquer filiação teórica ou pragmática da atual política educacional à famosa reforma do Distrito Federal constituem um assunto altamente polêmico. O homem polido que foi Anísio Teixeira, em sua gentileza e sóbria dignidade, com seus critérios liberais, teria motivos para entristecer-se diante da obra daqueles seus discípulos que enveredaram de forma conseqüente pelos caminhos do autoritarismo social. Pedro Ernesto, que, com todas as suas contradições e até mesmo por causa delas, lutou contra a centralização e pela autonomia desta cidade, que delegou com deferência e elegância a Anísio Teixeira — como ocupante do cargo que hoje corresponderia ao de Secretário de Educação — todo o poder necessário para levar adiante com independência e dignidade os planos dos renovadores, certamente teria objeções à qualquer tentativa de estabelecer ligações entre as duas situações político-educacionais. Deixemos os mortos em seus túmulos. Nós, da nova geração de profissionais da educação, os homenageamos pela coragem diante do autoritarismo e pela sua postura digna diante do mundo e seus problemas.